

CONTRATO CEDAE N.º 005 /2019 (DT)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e as empresas reunidas através do **CONSÓRCIO OLAVO BILAC I.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente, e Sr. HUMBERTO DE MELLO FILHO, Diretor de Engenharia, doravante denominada **CEDAE**, e as empresas: (1) **CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA**, com sede na Rua Otávio Carneiro, n.º 100, sala 504, Icaraí, Niterói - RJ, CEP: 24.230-191, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.458.749/0001-48, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. LUIZ CARLOS DE CARVALHO, portador da carteira de identidade n.º 1981118932 (CREA-RJ) e inscrito no CPF sob o n.º 284.864.807-44; e (2) **EMPRESA FLUMINENSE DE SERVIÇOS EIRELI**, sediada na Avenida Rio Branco, n.º 245, sala 905, Centro, Rio de Janeiro – RJ CEP 20.040-009, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.309.157/0001-04, neste ato por meio de sua titular ao final assinada, Sra. JANETTE APPARECIDA DE FRANÇA NARDELLI, portadora da carteira de identidade n.º 21.476.799-8 (DETRAN-RJ), inscrita no CPF 395.716.457-53 aqui reunidas através do **CONSÓRCIO OLAVO BILAC I**, com sede na Rua Otávio Carneiro, n.º 100, sala 505, Icaraí, Niterói - RJ, CEP: 24.230-191, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.463.704/0001-97, liderado pela primeira empresa, daqui por diante denominadas em conjunto como **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo nº E-17/100.590/2016** relativo à **Licitação CN nº008/2018 - ASL-DP** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela legislação pertinente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a execução de **"SERVIÇOS DE REFORMA DAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS OLAVO BILAC, VILA CENTENÁRIO E JARDIM LEAL EM DUQUE DE CAXIAS"**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 2.1. As obras ora contratadas deverão estar concluídas no **Prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias** corridos.
- 2.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução das obras.
- 2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratadas, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.
- 2.4. A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

- 2.5. Considerando que o contrato de obras é por escopo, o término do prazo não é causa suficiente para a extinção do ajuste, cabendo a **CEDAE** apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorreram de atuação deficiente da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a - remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
- b - efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- c - emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- d - fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.
- e - exercer a fiscalização do contrato;
- f - receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que a **CONTRATADA** assista direito a indenização;
- j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- m - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- n - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- q - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.
- r - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.

s - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.

s.1 - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.

t - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.

u - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

v - Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.

x - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal n.º 8.213/91.

y - Na forma da Lei Estatual n.º 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);

II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);

III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);

IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

5.3. Na forma da Lei Estatual n.º 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

5.4. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

5.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1201673469

Código Orçamentário: 44905105

Fonte de Recursos: 10

Conta Contábil: 161190002

Centro de Custos: DT04000000

ID da Reserva Orçamentária: 2019000181



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br

R. 3

19

20



- 6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 5.382.080,97 (cinco milhões, trezentos e oitenta e dois mil, oitenta reais e noventa e sete centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

7.3. A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

7.3.1. Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços.

7.3.2. Em caso de acréscimo ou supressão de valores do total do contrato, o item Administração Local será recalculado mantendo a mesma relação percentual entre o valor do referido item e o valor total do contrato.

7.4. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

7.4.1. Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o índice relativo à família de cada item da Planilha Orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:
- o valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do Índice relativo à família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP", tendo como data base a data da apresentação da proposta, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento

P_0 = Preço unitário contratual
 Q = Quantidade medida no mês
 I = Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajustamento
 I_0 = Índice da família EMOP correspondente a data da apresentação da proposta.

- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

8.1.1. - As partes convencionam que o prazo decadencial para a CONTRATADA solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na CEDAE, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA NONA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO.

9.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

9.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês pro rata die.

9.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.

9.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.

9.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

9.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

9.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.

9.5.2. Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.

9.5.2.1. Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.

9.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

9.6.1. No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controversa, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.

- 9.6.2. No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 9.6.1.
- 9.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.
- 9.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 9.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 9.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.
- 9.11. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
- 9.11.1. Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
- 9.12. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.
- 9.13. A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.
- 9.14. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS

- 10.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.
- 10.2. O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.
- 10.3. A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).
- 10.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- 10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

- 10.6. Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "**Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço**", com cláusula específica indicando a cobertura adicional de obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.
- 10.7. Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.
- 10.8. A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.
- 10.9. A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.
- 10.10. A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.
- 10.11. Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.
- 10.12. A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XIV.
- 10.13. O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.
- 10.14. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.
- 10.15. A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

11.1. As obras objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica dos engenheiros: Eng.^a Ana Tereza Antonio de Mattos, CPF nº678.156.937-68, CREA nº 1983105665, Eng^o Luiz Philippe Alves de Carvalho, CPF nº 077.880.847-51, CREA nº 2007124360 e Eng^a Gabriella Faccioli Maia, CPF nº 081.025.787-42, CREA 2001107057, que ficam autorizados a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a CEDAE, em matéria de serviço.

11.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiros indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

11.3. O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 9.10 da Cláusula Nona deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE**. (Ordem de Início)

2:7

4

10

Assistência Especial de Contratos da ASJ-LP

12.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

12.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

12.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

12.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

12.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.

12.7. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

12.8. Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da CEDAE-DPO-1, abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

12.8.1. Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à **CEDAE**.

12.8.2. Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.

12.8.3. Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.

12.8.4. Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.

12.8.5. Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.

12.9. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

12.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.

12.11. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

12.11.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução da obra.

12.12. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.

12.12.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

12.13. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

12.14. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

12.15. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

12.16. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

12.17. A aceitação das obras ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

12.18. A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.

12.18.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

12.18.2. A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

12.18.2.1. A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

12.18.2.2. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

12.18.2.3. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação,

informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

12.18.2.4. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

12.18.2.5. Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

12.18.2.6. Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

12.18.2.7. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

12.18.2.8. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

12.18.2.9. Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

12.19. A aceitação definitiva da obra será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, até 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

12.19.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

12.19.2. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

12.19.3. De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

12.19.4. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

12.19.5. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

12.19.6. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

12.19.7. A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

13.1. A **CONTRATADA** só poderá subcontratar, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**, tendo como limite estabelecido o percentual de 20% (vinte por cento) do total do objeto licitado e desde que não contemple atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.

13.1.1. É vedada a cessão ou sub-rogação do contrato.

13.2. A autorização de subcontratação concedida pela **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

14.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

14.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

14.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.2 A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 14.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 14.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

14.4. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

14.5. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

14.6. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

14.6.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

14.7. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

14.8. Se o valor das multas previstas na alínea "b", do subitem 14.1, e no subitem 14.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

14.8.1. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.9. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

14.9.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

14.9.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

14.9.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

14.10. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.11. Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do item 14.1, ficarão impedidos de contratar Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

14.12. As penalidades empostas aos licitantes serão registradas pela **CEDAE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

14.13. Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

- 15.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.
- 15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.
- 15.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.
- 15.4. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.
- 16.3. A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

- 17.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.
- 17.2. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.
- 17.3. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em concorrências não comunicadas e não aceitas pela fiscalização, nas épocas oportunas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ENCARGOS

- 18.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DECIMA NONA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FACULDADE DE USO

20.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

21.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

21.2. Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

22.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

22.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

23.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

23.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

23.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

23.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO

25.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

26.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

26.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

26.3. A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

26.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

26.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

26.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

26.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

26.8. O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

26.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

26.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

26.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

26.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

26.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 29 de

junho

de 2019.

Pela **CEDAE**:

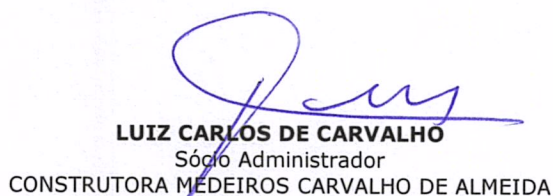


HÉLIO MOREIRA CABRAL
Diretor Presidente



HUMBERTO DE MELLO FILHO
Diretor de Engenharia

Pela **CONTRATADA**:



LUIZ CARLOS DE CARVALHO
Sócio Administrador
CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA



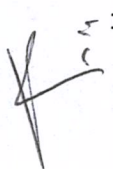

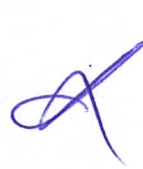
JANETTE APPARECIDA DE FRANÇA NARDELLI
Titular
EMPRESA FLUMINENSE DE SERVIÇOS EIRELI

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-CONSORCIO-OLAVO-BILAC-CN-008-2018-servicos-de-reforma-das-elevatorias-de-esgoto-olavo-bilac-vila-centenário-jardim-leal- PMMPO

ANEXO

CONFORME CLÁUSULA 2.3



17



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DE ETAPAS

OBRA: REFORMA ELETRÔNICAS OLAO BILAC, VILA CENTENÁRIO E JARDIM LEAL

MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS

CN 008-2018

10 Orçamento: nov-17

ITEM	DESCRIÇÃO	MESES												PRECIO TOTAL	%
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º		
01	SERVIÇOS TÉCNICOS	20,00%	20,00%	20,00%									40,00%	100,00%	
		38.854,88	38.854,88	38.854,88									77.709,76	194.324,40	
02	ADMINISTRAÇÃO E CANTO DE OBRAS	12,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	100,00%	
		126.158,38	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	84.105,59	1.051.318,82	
03	REFORMA DA ELETRICIDADE VILA CENTENÁRIO		9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	10,00%	100,00%	
			93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	93.755,54	104.173,53	1.041.735,34	
04	REFORMA DA ELETRICIDADE JARDIM LEAL		9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	10,00%	100,00%	
			31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	31.303,69	34.781,88	347.818,83	
05	REFORMA DA ELETRICIDADE OLÃO BILAC		9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	9,00%	10,00%	100,00%	
			247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	247.219,07	274.657,55	2.746.575,55	
SUBTOTAL / Mês		165.023,26	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	465.249,77	579.479,02	5.382.200,37	
PERCENTUAL MENSAL		3,07%	9,20%	9,20%	8,47%	8,47%	8,47%	8,47%	8,47%	8,47%	8,47%	8,47%	10,64%	100,00%	
TOTAL GERAL		3,07%	12,27%	21,47%	29,55%	38,43%	46,31%	55,30%	63,88%	72,48%	80,87%	89,30%	100,00%	100,00%	

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **EVA APARECIDA SALLES ABREU DE MENDONÇA**, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Porciúncula, do Polo de Articulação Regional Noroeste II, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **SANDRO ALVES CRISPIM**, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Natividade, do Polo de Articulação Regional Noroeste II, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **DOUGLAS OLIVEIRA CORREIA**, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Varré-Sai, do Polo de Articulação Regional Noroeste II, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **REINAN DE JESUS BATISTA**, ID Funcional nº 509702-4, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Itatiaia, do Polo de Articulação Regional Médio Paraíba I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **MARCIO ANTONIO MELLO DE CASTRO**, ID Funcional nº 5095520-0, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Santa Maria Madalena, do Polo de Articulação Regional Serrana II, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **NATALIA VARGAS FELIX**, ID Funcional nº 5091540-1, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Ararial do Cabo, do Polo de Articulação da Baixada Litorânea I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **ELISABETH PINTO LESSA**, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Miracema, do Polo de Articulação Regional Noroeste I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **SILVIO ANDRADE**, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Laje do Murta, do Polo de Articulação Regional Noroeste II, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **ANA MARCELLO DOS SANTOS NASCIMENTO**, ID Funcional nº 5084481-4, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Quatis, do Polo de Articulação Regional Médio Paraíba I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, **ERIANI NOBREGA**, ID Funcional nº 5091540-1, do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DA-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Levy Gasparian, do Polo de Articulação Regional Centro Sul Fluminense I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado. Processo nº E-16/004/124/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **KEYSSI TAVERA ECCARD BOTTINO**, ID Funcional nº 5072077-5, do cargo em comissão de Adjunto II, símbolo DA-2, da Secretaria de Estado de Saúde. Processo nº E-08/002/77/2019.

DE 29 DE JANEIRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.844, de 08/03/2007,

RESOLVE :

Nomear THIAGO NASCIMENTO VARGAS para exercer, com validade a contar de 22 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, anteriormente ocupado por José Lopes Rued, ID Funcional nº 2030304-1. Processo nº E-22/002/55/2019.

*Replicado por ter saído com incorreções no D.O. de 30/01/2019.

ID: 2161243

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

OF. SEGOVIGAB nº 82/2019 - AUTORIZO a alteração de lotação do Subten JESSE MARIO CALVO GOMEIRO, RG 68.798, do Projeto Operação Barreira Fiscal para o Projeto Operação Segurança Presente, a contar de 01/01/2019.

ID: 2161229

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

PROCESSO Nº E-09/07432/2019 - AUTORIZO à disposição do CAP PM DIOGO SOUZA DA SILVEIRA, RG nº 85.134, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar à Prefeitura de Armação dos Búzios, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Segurança Pública, com ônus para o órgão cessionário, nos termos do Decreto 41.687/2009.

PROCESSO Nº E-03/001/155/2019 - AUTORIZO à disposição do SUB TEN PM LUIZ ANDRÉ DE MOURA MONTEIRO, RG nº 57.167, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGAPE, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo DG, com validade a contar de 08/01/2019.

PROCESSO Nº E-04/168/91/2019 - AUTORIZO à disposição do MAJ PM LEONARDO MAZZURANA, RG nº 72.635, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar à Fundação CEPERJ, para exercer o cargo de Diretor de Diretoria, símbolo VP-2, da Escola de Gestão e Políticas Públicas, sem ônus para o órgão cessionário, e com validade a contar de 01/01/2019.

ID: 2161163

SUBSECRETARIA MILITAR DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO MILITAR DE 28.01.2019

PROCESSO Nº E-13/002/29/2019 - JORGE DIAS DA SILVA PINTO, matrícula nº 126139-5, ID Funcional 79538-8 - **AUTORIZO** o Encerramento de Folha.

ID: 2160977

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 06/11/2018

DESIGNA CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, Agente de Sanamento, como Presidente; **ALEXANDER JOAQUIM DE MENDONÇA**, Engenheiro B, DIMAS DOS SANTOS CASSIANO, Agente de Sanamento A, como membros titulares e ROBSON DA SILVA, Técnico de Sanamento II, como membro suplente, Gerente do Contrato KAREN DEBERG REIS WELBERT, Economista C e JOSÉ AUGUSTO SILVA BASTOS, Agente Administrativo B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE REFORMA DAS ELEVADORAS DE ESGOTOS OLAVO BILAC, VILA CENTENÁRIO E JARDIM LEAL DE DUQUE DE CAXIAS", de que trata o Processo nº E-17/100.590/2016, Ordem de Serviço E nº 15.324/2018

ID: 2160927

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 31/01/2019

PROCESSO Nº E-07/100.549/2018 - PE Nº 603/2018 - ASL-DP - CO-NHECO e DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa LATIN TECHNOLOGY DISTRIBUIÇÃO INFORMÁTICA LTDA, inabilitando a empresa SLVR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI-ME para prosseguimento no certame, apenas por não ter comprovado experiência anterior em seu atestado de capacidade técnica na execução total do serviço ora licitado.

ID: 2161045

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DA SUPERINTENDENTE DE 31/01/2019

APOSENTA DINEY DE LIMA MEDEIROS, Analista da Fazenda Estadual, Identidade Funcional nº 1944295-5 e Matrícula nº 0.193.911-5, do Quadro Permanente da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo nº E-04/055/156/2014.

ID: 2160967

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DA SUPERINTENDENTE DE 01/02/2019

APOSENTA TIMOTEO ROCHA DOS SANTOS, Técnico de Planejamento, Identidade Funcional nº 1980045-3 e Matrícula nº 0.189.959-2, do Quadro Suplementar da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo nº E-04/055/1106/2017.

ID: 2161085

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILA DA SUPERINTENDENTE DE 31/01/2019

ATO DE APOSENTADORIA DE 18/03/2016 - JOÃO CESAR DE QUEIROZ VERÇOSA, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1941615-6 e matrícula nº 0.294.584-4, tendo em vista o que consta do processo, fica atribuído ao servidor, a quem se refere o presente título, o adicional de tempo de serviço equivalente a 60%, correspondente ao 11º grau de progressão horizontal, com validade a contar de 21/03/2016, de acordo com o disposto no artigo 224, do Decreto nº 2.479/79 e a Lei nº 1608/90. Processo nº E-04/055/171/2016.

ID: 2160665

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 31/01/2019

PROCESSO Nº E-01/2066/1999 - CARLOS CORREA CARDOZO FILHO, Agente Administrativo, ID Funcional nº 8702659, CONCEDO 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de 29/12/2013 a 27/12/2018.

ID: 2160961

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 01.02.2019

PROCESSO Nº E-04/002.070/1988 - ROBSON RIBEIRO ESCOVADO, Agente de Fazenda 1ª Categoria, ID Funcional nº 1920771-9. AUTORIZO o gozo da Licença Prêmio com validade de 04/02/2019.

ID: 2161096

RETIFICAÇÃO D.O. DE 31/01/2019

PÁGINA 4 - 3ª COLUNA

DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS DE 29/01/2019

PROCESSO Nº E-04/208/15/2018
Onde se lê: ...com taxa de transação de 0,00% (zero por cento).
Leia-se: ...com taxa de transação de 0,0001 (um décimo de milésimo).

ID: 2161076

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DE 10.01.2019

PROCESSO Nº E-03/010/100948/2018 - MICHELLE MOURA DA SILVA NASCIMENTO, ID Funcional 41975073, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor de 1º Grau, matrícula 13770 (Prefeitura Municipal de Barra Mansa).

PROCESSO Nº E-03/011/4306/2018 - FLAVIA DE OLIVEIRA SILVA, ID Funcional 50349660, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 7538 (Prefeitura Municipal de Barra do Piraí).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART.37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

DE 11.01.2019

PROCESSO Nº E-03/011/100576/2018 - NILDA GARCIA DA ROCHA, ID Funcional 40465349, Professor Docente II, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/003/166/A/2018 - JANAINA ESPINOSA BERNARDINO, ID Funcional 35794186, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 3 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/011/788/2017 - MARIA CLARA OLIVEIRA E SILVA, ID Funcional 43473200, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 2 e 3 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/003/1003/2014 - FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA MARCILIO DEGLI ESPOSTI, ID Funcional 50279190, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II - 35 horas - Padrão A, matrícula 34148 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-03/014/769/2018 - LINDALVA COUTINHO DE OLIVEIRA, ID Funcional 36340332, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 28179 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

PROCESSO Nº E-03/008/2440/2013 - SERGIO DA CRUZ PEREIRA, ID Funcional 36781051, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - Geografia, matrícula 158.433-3 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/4110153/2005 - PATRICK DAUD FERRAN DOS SANTOS, ID Funcional 41819608, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 3 e 4 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/016/4347/2018 - MARINA ELIZABETH ARAUJO, ID Funcional 43280439, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I Artes Plásticas, matrícula 085021-4 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

ID: 2160933

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DE 11.01.2019

PROCESSO Nº E-26/005/3062/2017 - JANETE ROSA NASCIMENTO, ID Funcional 40706281, Professor FAETEC I - 40 horas, vínculo 1 (FAETEC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/10600095/2000 - PATRICIA DEVELLARD GANDRA CUTRIM DA CUNHA, ID Funcional 40079759, Professor Docente I, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "B", DA CRFB/1988.

PROCESSO Nº E-03/10400848/2008 - ERVAL ALVARENGA FILHO, ID Funcional 37784340, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC), Cirurgião Dentista II, matrícula 30378 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-08/007/2260/2018 - SERAFIM FERREIRA BORGES, ID Funcional 41182472, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Médico, vínculo 2 (SES).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "B", DA CRFB/1988.

PROCESSO Nº E-08/008/101190/2018 - ADRIANA CARDOSO CAMARGO, ID Funcional 31199941, Biólogo, vínculo 1 (SES) e Biomédico Análises Clínicas/Citogenética, vínculo 2 (Fundação Saúde).

PROCESSO Nº E-08/008/101324/2018 - DENISE MIRANDA DE LIMA, ID Funcional 42140689, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico, matrícula 51578-1 (Prefeitura Municipal de Saquarema).

PROCESSO Nº E-08/007/2392/2018 - IVANA ALVES MACHADO, ID Funcional 19844417, Técnico Universitário Superior, vínculo 2 (UERJ) e Assistente Social, vínculo 3 (SES).

PROCESSO Nº E-08/007/002388/2018 - SANDRA SABROSA GOMES DA COSTA SIMAS, ID Funcional 32351771, Médico, vínculos 2 e 3 (SES).

PROCESSO Nº E-27/058/100038/2018 - MAYNARD RODRIGUES OLIVEIRA DA SILVA, ID Funcional 43328610, 1º Sargento BM, vínculo 2 (CBMERJ) e Técnico em Radiologia, matrícula 4501529 (Prefeitura Municipal de Angra do Reis).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C", DA CRFB/1988.

ID: 2160908

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DE 17.01.2019

PROCESSO Nº E-27/120/100017/2018 - ANTONIO FRANCISCO DA SILVA JUNIOR, ID Funcional 43394051, Cabo BM, vínculo 1 (CBMERJ) e Professor Musico Instrutor, matrícula nº 2021-4 (Prefeitura Municipal de Miracema).

PROCESSO Nº E-27/100/100004/2018 - ROBSON FERREIRA DA SILVA, ID Funcional 25865939, 1º Sargento BM, vínculo 1 (CBMERJ) e Professor, matrícula nº 2062 (Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 42 E 142, § 3º, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA/1988, E DO ARTIGO 91, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL/1989.

PROCESSO Nº E-03/012/100727/2018 - MAURA ANDREA VOGAS TEMPERINI, ID Funcional 35487436, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Diretor D. Administração - CC II, matrícula nº 002195-2 (Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto).

PROCESSO Nº E-03/011/100594/2018 - FRANCISCA FAGUNDES SOARES, ID Funcional 33324140, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº não informada (Prefeitura Municipal de Paracambi).

PROCESSO Nº E-03/011/100663/2018 - VANESSA VIEIRA DE OLIVEIRA, ID Funcional 42124301, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Agente Social 02, matrícula nº 360947 (Prefeitura Municipal de Valença).

PROCESSO Nº E-03/011/100550/2018 - DAYSE LÚCIDE ROCHA SIQUEIRA, ID Funcional 37554417, Inspeção de Alunos, vínculo 1 (SEEDUC) e Monitor de Creche, matrícula nº 118907 (Prefeitura Municipal de Valença).

PROCESSO Nº E-08/008/101416/2018 - FABIA MACEDO DA SILVA, ID Funcional 31506160, Agente Administrativo de Saúde, vínculo 1 (SES) e Professor, matrícula nº 30147-711 (Prefeitura Municipal de São José de Ubá).

PROCESSO Nº E-26/005/102859/2018 - SOSTENES SANTANA ME-NESES MORENO, ID Funcional 20780338, Professor FAETEC I - 20 horas, vínculo 1 (FAETEC) e Técnico Judiciário Jurematemático, matrícula nº 01/19966 (TJERJ).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART.37, INCISO XVI, DA CRFB/1988.

ID: 2160900

CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 12 de fevereiro de 2019, às 13h30min

Recurso nº 62.844 (VOLUNTÁRIO) - Processo nº E-04/036/369/2013 - Recorrente: TELEFÔNICA BRASIL S/A. - Recordada: DÉCIMA QUARTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheira Gisela Pimenta Gadelha - Representante da Fazenda: Dra. Sílvia Faber Torres.

Recurso nº 72.339 (VOLUNTÁRIO) - Processo nº E-04/711.142/1996 - Recorrente: CRISAUTO S.A. ORGANIZAÇÕES SÃO CRISTÓVÃO - Recordada: TITULAR DA IRF 64.03 - BONSUCESSO - Relator: Conselheira Gisela Pimenta Gadelha - Representante da Fazenda: Dra. Heliana Gomes de Almeida.

Recurso nº 68.897 (VOLUNTÁRIO) - Processo nº E-04/043/657/2016 - Recorrente: GARCIA ATACADISTA LTDA. - Recordada: DÉCIMA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel - Representante da Fazenda: Dra. Heliana Gomes de Almeida.

Recurso nº 56.762 (VOLUNTÁRIO) - Processo nº E-04/054.044/2012 - Recorrente: LOPES DE MARICA VIDROS E FERRAGENS LTDA. - Recordada: DÉCIMA SÉTIMA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheira Fátima Trópe de Alcantara - Representante da Fazenda: Dra. Sílvia Faber Torres.

Recurso nº 70.514 (VOLUNTÁRIO) - Processo nº E-04/007/4977/2015 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE VIDROS CHAPANET LTDA. - EPP - Recordada: DÉCIMA SEGUNDA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo - Representante da Fazenda: Dra. Sílvia Faber Torres.

NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o §3º do artigo 72 do Regulamento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ, com redação dada pela Resolução SEFAR nº 80, de 23/06/2017, publicada no D.O. de 27/06/2017, fls. 08/09: "... os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação."

ID: 2161053

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2017. PARTES: DETRAN/RJ e IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. OBJETO: Prorrogar o contrato por 12 (doze) meses. VALOR TOTAL ESTIMADO DO TERMO ADITIVO: R\$ 1.886.376,20 (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos). DATA DA ASSINATURA: 08/01/2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/061/8196/2016.

Id: 2161135

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ, após indeferimento da defesa prévia, NOTIFICA a empresa SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA EPP, CNPJ nº 18.589.619/0001-49, da aplicação da penalidade de Suspensão Temporária do Direito de Licitar e Impedimento de Contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação, na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurados o contraditório e a ampla defesa, por ferir os itens 2.2, 2.2.1, 2.2.2, 14.4 e 16.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2018, além do impedimento de atendimento do item 4.1 do Anexo 4, conforme apurado no Processo Administrativo nº E-12/061/42/2019 e no Ofício DETRAN-RJ/CONT nº 01/19.

Id: 2161137

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 005/2019 (DT). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e as Empresas Reunidas através do CONSÓRCIO OLAVO BILAC I. OBJETO: "SERVIÇOS DE REFORMA DAS ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS OLAVO BILAC, VILA CENTENÁRIO E JARDIM LEAL EM DUQUE DE CAXIAS". PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 5.382.080,97 (cinco milhões, trezentos e oitenta e dois mil oitenta reais e noventa e sete centavos). DATA DE ASSINATURA: 28/01/2019. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/1100.590/2016 (CN nº 008/2018 - ASL-DP).

Id: 2160926

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN nº 006/2018-ASL-1.1. OBJETO: "INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA ETA GUANDU". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a E-RATA Nº 2 ao edital.

Id: 2161056

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 044/2018. PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e PLANEJAMENTO e a empresa NOVO HORIZONTE JACAREPAGUÁ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: O pagamento do serviço de locação de módulo habitacional (container) para funcionamento do Posto de Controle Interstadual do Morro do Coco, pelo REQUERIDOR, durante o período sem cobertura contratual, referente aos meses de janeiro a dezembro/2017. VALOR: R\$ 168.942,72 (cento e sessenta e oito mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos). PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016. NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.92.20. NOTA DE EMPENHO: 2018NE00443. DATA DA ASSINATURA: 18/12/2018. FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993. PROCESSO Nº E-04/026.428/2007. "Omitido no D.O. de 19/12/2018. "Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 30/01/2019.

Id: 2160986

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº 004/2018. PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, a estudante JOANNA PEREIRA CARVALHO e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-UFRJ. OBJETO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do Termo de Compromisso de Estágio nº 004/2018, por mais 06 meses, contados a partir de 05/02/2019. VALOR: R\$ 3.950,00 (três mil novecentos e sessenta reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016. NATUREZA DA DESPESA: 3390.36.08. DATA DA ASSINATURA: 31/01/2019. FUNDAMENTO: Lei nº 11.788/08. PROCESSO Nº E-04/182/8/2018.

Id: 2161111

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IPEM/RJ, ente delegado do INMETRO, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista as infrutíferas tentativas, pelos usuais meios de comunicação (e-mail, fax e/ou correspondência postal), de agendamento para comparecimento e acompanhamento do procedimento pericial a ser realizado em seu laboratório, por meio do presente edital, notifica os interessados, abaixo relacionados, para ciência da designação de data para realização do referido procedimento em estrita observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O procedimento pericial será realizado na data abaixo informada, na Sede do IPEM/RJ localizada na Rua Padre Manuel da Nóbrega, 539, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro/RJ, e poderá ser acompanhado por representante legal da empresa, devidamente habilitado por procuração ou autorização nominal, ambas com finalidade específica ou, ainda, por contrato social e documento de identidade do sócio proprietário.

Interessado	CPF/CNPJ	Nº do Termo de Coleta	Data/Hora da Perícia	Produto
Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A.	07.604.556/0015-31	1057424	11/02/2019 às 09:00h	Concentrado Líquido para Refresco de Fruta Adoçado - Maguary c/ 250ml
Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A.	07.604.556/0006-40	1057333	11/02/2019 às 09:40h	Néctar Misto de Maçã e Pêssego - Bela Ischia c/ 200ml
Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A.	07.604.556/0006-40	1057333	11/02/2019 às 09:40h	Néctar de Caju - Bela Ischia c/ 200ml
Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A.	07.604.556/0006-40	1057333	11/02/2019 às 09:40h	Néctar Misto de Maçã e Goiaba - Bela Ischia c/ 200ml
Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A.	07.604.556/0006-40	1057333	11/02/2019 às 09:40h	Néctar Misto de Maçã e Laranja - Bela Ischia c/ 200ml
Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A.	07.604.556/0006-40	1057333	11/02/2019 às 09:40h	Néctar Misto de Maçã e Uva - Da Fruta c/ 200ml
KRK Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda.	07.580.415/0001-20	1046624	11/02/2019 às 14:00h	Salgadinhos Feitos de Milho Sabor Cebola Salada - Kerus c/ 50g
KRK Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda.	07.580.415/0001-20	1046624	11/02/2019 às 14:00h	Salgadinhos Feitos de Milho Sabor Cheddar - Kerus c/ 50g
KRK Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda.	07.580.415/0001-20	1046624	11/02/2019 às 14:00h	Salgadinhos Feitos de Milho Sabor Bacon - Kerus c/ 50g
KRK Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda.	07.580.415/0001-20	1046625	11/02/2019 às 14:00h	Salgadinhos Feitos de Milho Sabor Churrasco - Kerus c/ 50g
KRK Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda.	07.580.415/0001-20	1046625	11/02/2019 às 14:00h	Salgadinhos Feitos de Milho Sabor Presunto - Kerus c/ 50g
Biscoito Padaria e Confeitaria - EIRE-LI.	10.908.677/0001-86	1046632	12/02/2019 às 09:00h	Bolo Sabor Coco - Biscoitam c/ 100g
Biscoito Padaria e Confeitaria - EIRE-LI.	10.908.677/0001-86	1046631	12/02/2019 às 09:00h	Bolo Mescado Sabor Coco e Chocolate - Biscoitam c/ 100g
Biscoito Padaria e Confeitaria - EIRE-LI.	10.908.677/0001-86	1046631	12/02/2019 às 09:00h	Bolo Sabor Milho - Biscoitam c/ 100g
Biscoito Padaria e Confeitaria - EIRE-LI.	10.908.677/0001-86	1046631	12/02/2019 às 09:00h	Bolo Sabor Laranja - Biscoitam c/ 100g
Indústria de Produtos Alimentícios Piraque S.A.	33.040.122/0001-60	1046622	12/02/2019 às 11:00h	Wafer com Recheio Sabor Morango - Piraque c/ 40g
Indústria de Produtos Alimentícios Piraque S.A.	33.040.122/0001-60	1046621	12/02/2019 às 11:00h	Wafer com Recheio Sabor Morango - Piraque c/ 40g
Dauper Indústria e Comercio de Biscoitos S/A.	92.260.371/0001-20	1057423	12/02/2019 às 13:00h	Biscoito Integral Capau - Maisena Grãos do Bem c/ 25g
Marilan Alimentos S/A.	52.034.139/0001-50	1057418	12/02/2019 às 13:30h	Biscoito doce Recheado Sabor Artificial de Chocolate - Marila c/ 124g
Marilan Alimentos S/A.	52.034.139/0001-50	1057432	12/02/2019 às 13:30h	Biscoito Salgado Sabor Integral - Marilan Pit Stop c/ 162g
Marilan Alimentos S/A.	52.034.139/0001-50	1057432	12/02/2019 às 13:30h	Biscoito Salgado Integral com Quinoa, Chia e Linhaça - Marilan Pit Stop c/ 162g
Marilan Alimentos S/A.	52.034.139/0001-50	1057431	12/02/2019 às 13:30h	Biscoito Salgado Sabor Queijo - Marilan - Pit Stop c/ 162g
Marilan Alimentos S/A.	52.034.139/0001-50	1057431	12/02/2019 às 13:30h	Biscoito Salgado Sabor Pão c/ Manteiga - Marilan - Pit Stop c/ 162g
Marilan Alimentos S/A.	52.034.139/0001-50	1057431	12/02/2019 às 13:30h	Biscoito Salgado Sabor Pizza - Marilan - Pit Stop c/ 162g
J Macedo S/A.	14.998.371/0032-15	1057422	13/02/2019 às 09:00h	Biscoito Salgadinho Original - Sol Hits c/ 80g
Lactalis do Brasil - Comercio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda.	14.049.467/0017-06	1053716	13/02/2019 às 10:00h	Leite Fermentado Desnatado c/ Preparado de Laranja - Elegê c/ 80g
M Dias Branco S.S. Indústria e Comercio de Alimentos.	07.206.816/0030-50	1055693	13/02/2019 às 11:00h	Biscoito Cream Cracker Sabor Manteiga - Adria Folhata c/ 200g
Mondelez Brasil Norte Nordeste Ltda.	10.144.076/0001-44	1057427	13/02/2019 às 13:00h	Biscoito Sabor Chocolate c/ Recheio de Chocolate - eq. c/ 90
Santa Helena Indústria de Alimentos S/A.	45.256.997/0001-83	1057425	13/02/2019 às 14:00h	Amendoin Crocante - Crokissimo Santa Helena c/ 400g
J L Palomitas Alimentos Ltda.	09.662.864/0001-43	1057429	13/02/2019 às 15:00h	Pipoca Caramelizada c/ Leite Condensado - Palomitas c/ 70g
Trevo Lacteos S.A.	04.892.455/0001-10	1057337	14/02/2019 às 09:00h	Bebida Láctea UHT Sabor Morango - Trevinho c/ 200ml
Trevo Lacteos S.A.	04.892.455/0001-10	1057337	14/02/2019 às 09:00h	Bebida Láctea UHT Sabor Chocolate - Trevinho c/ 200ml
Laticínios Bela Vista Ltda.	02.089.969/0013-40	1046620	14/02/2019 às 10:20h	Bebida Láctea UHT c/ Polpa de Mamão, Banana e Maçã - Pirakids c/ 200ml
Bela Ischia Alimentos Ltda.	01.130.631/0002-79	1057334	14/02/2019 às 11:00h	Néctar Misto de Maçã e Uva - Bela Ischia c/ 200ml
Itamaraty Indústria e Comercio S/A.	75.222.901/0001-27	1057428	14/02/2019 às 13:00h	Biscoito Wafer Recheado Sabor Chocolate Preto - Look c/ 55g
Nestle Brasil Ltda.	60.409.075/0305-74	1046623	14/02/2019 às 13:30h	Biscoito Sabor Chocolate c/ Recheio Sabor Baunilha - Negresco Nestle c/ 40g
Nestle Brasil Ltda.	60.409.075/0305-74	1046623	14/02/2019 às 13:30h	Biscoito Sabor Chocolate - Bono Nestle c/ 40g
Nestle Brasil Ltda.	60.409.075/0305-74	1057430	14/02/2019 às 13:30h	Biscoito Sabor Chocolate c/ Recheio Sabor Chocolate - Nestle c/ 40g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0056-85	1057526	15/02/2019 às 09:00h	Torrada Tradicional - Bauducco c/ 180g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0056-85	1057526	15/02/2019 às 09:00h	Torrada Multigrãos - Visconti c/ 120g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1046630	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Recheado Sabor Brigadeiro - Bauducco c/ 65g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1057338	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Recheado Sabor Chocolate - Bauducco c/ 65g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1057388	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Sabor Chocolate e Recheio de Morango - Bauducco c/ 65g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1057338	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Cookie com Chocolate - Bauducco c/ 65g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1046629	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Recheado Sabor Chocolate - Bauducco c/ 65g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1046629	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Recheado Sabor Chocolate e Recheio de Morango - Bauducco c/ 65g
Pandurata Alimentos Ltda.	70.940.994/0052-51	1046629	15/02/2019 às 10:00h	Biscoito Sabor Chocolate e Recheio de Baunilha - Bauducco c/ 65g

O não comparecimento do interessado não implica em nulidade do ato e não impede a continuidade do processo administrativo para fins de apuração e constatação de infração à Lei Federal nº 9.933/1999 e normativas correlatas. O IPEM/RJ após o exame pericial dará destino às amostras coletadas na forma das normas em vigor, salvo expressa manifestação em contrário do responsável pelo produto periclitado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da realização do exame procedimento periciais. Toda a atuação administrativa do IPEM/RJ encontra fundamento de validade no disposto pela Lei Federal nº 9.933/1999, pelo Convênio celebrado entre o IPEM/RJ e o INMETRO nº 03/2013, pela Norma INMETRO Específica/DIMEL nº 071/2005 e demais normas complementares em vigor editadas pelo INMETRO. Registra-se que qualquer informação necessária poderá ser obtida pelo legítimo interessado na Sede do IPEM/RJ em Quintino Bocaiuva, mesmo local onde será realizada a perícia, no horário de expediente, ou seja, das 08h às 17h.

Id: 2161107